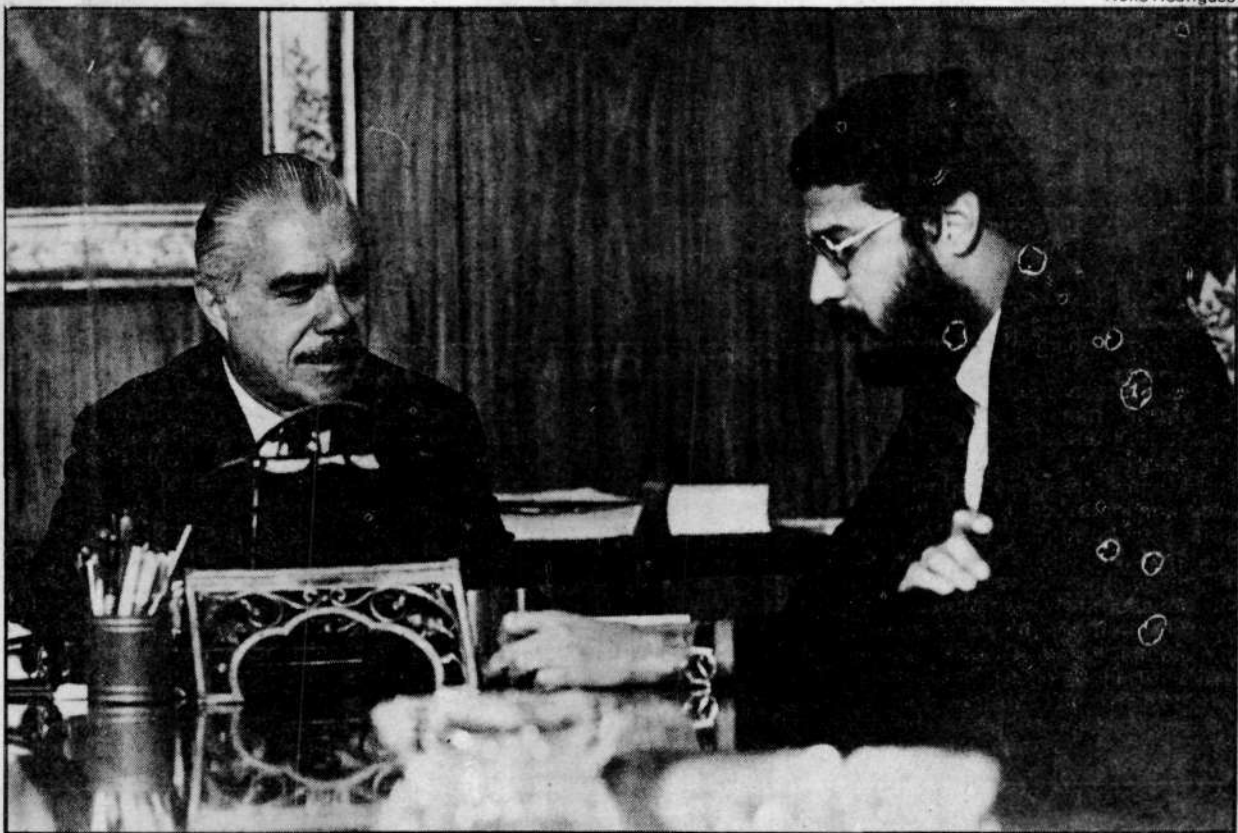


“Sarney acatará Constituinte”

Ao receber ontem o prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, o presidente José Sarney reafirmou sua disposição em acatar qualquer decisão da Assembléia Nacional Constituinte sobre mandato presidencial, conforme foi anunciado com exclusividade pelo *Jornal de Brasília*, na última sexta-feira.

“O Presidente da República — disse Dante — vai acatar qualquer decisão da Constituinte. No seu pronunciamento de 18 de maio, quando falou em cinco anos de mandato, o presidente Sarney externou apenas uma posição pessoal, mas ele sabe que a Constituinte é soberana e respeita a decisão”.

Dante de Oliveira continua defendendo as eleições presidenciais no próximo ano, porque acredita que o País “não vai suportar três anos de eleições, 88 municipais, 89 presidencial e 90 para os governos estaduais. Apesar desta posição, o prefeito de Cuiabá, que deixou o Ministério da Reforma Agrária quando o presidente Sarney fixou seu mandato em cinco anos, acredita que o Presidente da República não imporá qualquer dificuldade para a obtenção de recursos para a prefeitura, reivindicados ontem por Dante.



Dante de Oliveira ouviu do Presidente que a defesa dos 5 anos de mandato é uma posição pessoal

Covas admite que disputa Presidência se PMDB desejar

São Paulo — Já admitindo sua candidatura à Presidência da República “se o partido exigir”, o senador Mário Covas conversou ontem por mais de uma hora com populares e políticos no Viaduto do Chá, marcando a abertura da coleta de assinaturas para a emenda popular que pretende a realização de eleições para presidente em 88.

Embora reafirmando não ser postulante ao cargo de presidente, o líder do PMDB na Constituinte declarou que, se o partido insistir na convocação de seu nome, naturalmente ele irá atender: “Como em outras condições eu obedeci suas determinações”. Covas, entretanto, confirmou sua intenção de candidatar-se ao governo do Estado em 1990.

Parte do Viaduto do Chá, ponto central que registra diariamente intenso movimento de pedestres, ficou tomado por políticos covistas e populares simpatizantes do senador. Eles chegaram mesmo a ensaiar o lançamento de Covas à Presidência. Mas a manifestação foi tímida e não passou de alguns gritos “Covas presidente”, puxados pelo deputado Waldyr Trigo.

O senador reconheceu ser escasso o tempo para que se obtenham as 30 mil assinaturas necessárias para que a proposta seja levada à Constituinte até o dia 13. Mesmo assim disse acreditar no cumprimento dessa etapa, visto que estão funcionando desde ontem outros 12 postos fixos.

Raphael vai à Câmara para depor dia 19

O deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) anunciou ontem ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte que o ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, vai à Câmara dos Deputados, no próximo dia 19, para explicar a compra de 328 apartamentos em Brasília e a aquisição do prédio da Dataprev, no Rio de Janeiro. As duas transações provocaram vários protestos de parlamentares nos últimos dias.

A iniciativa de ir à Câmara explicar porque e como fez os dois negócios, em um momento em que o Governo anuncia a contenção dos gastos públicos, partiu do próprio ministro, que assim adiantou-se a um pedido formal que iria ser feito pelos parlamentares.

Explicações

Os parlamentares querem saber por que o ministro Raphael de Almeida Magalhães autorizou os dois negócios, quando o Governo anuncia que pretende conter o déficit público. Além disso, há várias denúncias de que os dois negócios foram feitos com avaliações acima do mercado. O prédio da Dataprev, por exemplo, teria sido adquirido com um preço sete vezes maior do que seu valor de mercado.

Em relação à compra dos apartamentos em Brasília, muitos questionam o seu objetivo, já que o próprio ministro da Administração, Aluizio Alves, anunciou que há mais de dois mil imóveis do Governo ocupados irregularmente em Brasília e além disso manifestou-se favoravelmente à venda de parte desses apartamentos funcionais.

Líder consultará o partido sobre CPI

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), informou ontem que submeterá ao seu colégio de vice-líderes, em reunião amanhã, consulta sobre a conveniência de se instalar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar irregularidades no Inamps. O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, comparece à Câmara no próximo dia 19, mas Lourenço diz considerar, desde já, que esse depoimento do ministro “não será suficiente” para esclarecer todas as denúncias, como compra de apartamentos em Brasília e de ambulâncias com pagamento antecipado.

Segundo Lourenço, entre os parentes que ocupam cargos no Inamps estão: Cláudio Ferreira da Silva, sobrinho e assessor do presidente do órgão; Ana Maria Carvalho Noronha, também assessora de Ezio, e irmã do secretário de Medicina Social do Inamps; Eduardo Barros Teixeira, genro de Ezio Cordeiro e coordenador de Manutenção do Prédio e Instalações; Mabel Imbassy, cunhado e assessor, e Paulo Roberto Cerri Costa, ex-genro e diretor de unidade local de manutenção no Rio de Janeiro.

Planalto explica a falta de respostas

O Gabinete Civil da Presidência da República enviou ao presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara dos Deputados, deputado Ulysses Guimarães, ofício explicando os motivos pelos quais o Palácio do Planalto ainda não respondeu a todos os Pedidos Oficiais de Informações (PIOs) encaminhados ao governo, por deputados e constituintes, na atual legislatura.

Basicamente, os motivos são dois: o primeiro é que, no caso da Câmara, a própria Mesa diretora dessa Casa afirma, no expediente de encaminhamento da maioria dos pedidos de informações, que diversas solicitações não têm amparo constitucional. No segundo caso, quanto à Constituinte, o regimento da Assembléia criou a figura do Pedido de Informação Oficial (PIO), mas sem definir quando é permitido o uso de tal recurso nem explicitar em que condições ele pode ser utilizado.

Respostas

Ainda assim, de acordo com as informações do ministro Ronaldo Costa Couto, o Gabinete Civil tem respondido, sistematicamente, a todos os requerimentos relativos a matérias em exame específico na Constituinte, ou que, no caso da Câmara, não contenham a ressalva de “não contar o pedido com amparo constitucional.” Esclarece ainda o Gabinete Civil que, nesses casos, as respostas pedidas pelos parlamentares serão encaminhadas à Constituinte ou à Câmara, na medida do possível.

PDT quer proibir novas contratações

O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, anunciou a apresentação, hoje, pelo seu partido, de um projeto de decisão que suspende as nomeações, contratações, transferências e readaptações de servidores públicos de todos os níveis durante os trabalhos da Constituinte. A proibição pretendida pelo PDT é extensiva às autarquias, sociedades de economia, empresas públicas e fundações vinculadas à União, Estados e municípios.

O projeto abre exceção para a nomeação de aprovados em concurso público ou concurso de ascensão funcional, nomeação para cargos da magistratura, ministério público, procurador do Estado e dos Tribunais de Contas, assim como a nomeação ou contratação considerada imprescindível pela justiça eleitoral para a realização de plebiscito aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte.

Na justificativa do projeto, observa Brandão Monteiro: “Os jornais noticiam, que o Executivo teria mais de 30 mil cargos cujo provimento seria utilizado para influir nas decisões soberanas da Constituinte, mediante a barganha política. Para esse fim, o líder do Governo na Constituinte estaria rateando esses cargos em função dos votos dos Constituintes nas questões que interessam diretamente ao chefe do Executivo.



Presidente chama Ulysses

O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, foi convidado pelo presidente Sarney para o café de hoje cedo no Palácio da Alvorada. Ulysses disse ontem que não sabe quais os assuntos que deverão ser tratados no encontro. “Primeiro, se soubesse eu não diria. Segundo, quem convidou foi o presidente Sarney, portanto, é dele a agenda” — explicou.

Ulysses Guimarães recebeu

ontem no seu gabinete a visita das esposas de dois líderes da oposição do Paragui: Margarita de Gonzales Casabianca e Elba Jaburú, que foram pedir a solidariedade do PMDB e do Governo brasileiro aos líderes opositores de seu país. Ulysses Guimarães prometeu levar o assunto ao presidente Sarney, manifestando “apoio integral” do PMDB à luta do povo do Paragui.

Lucena defende Agassiz mas confirma a fraude

O presidente do Senado, Humberto Lucena defendeu ontem o deputado federal Agassiz de Almeida (PMDB-PB), da acusação de ter falsificado sua assinatura num documento, no qual a bancada federal do PMDB da Paraíba, referenda a indicação de Julieta Arruda para a Superintendência do Iapnas no Estado e de Tadeu Vitorino, para a delegacia do Iapnas na cidade paraibana de Campina Grande. “Conheço Agassiz há vinte anos, desde quando cassado militamos na oposição e

pelo seu passado, julgo-o incapaz de falsificar minha assinatura.

O senador não sabe a quem atribuir a adulteração do documento e nem qual seria a verdadeira intenção de quem o fez. Lucena não tem intenção de processar o deputado Agassiz de Almeida, pois se considera “uma vítima”.

O senador admite ter assinado o documento no qual referenda as duas indicações, mas nega ser sua a assinatura mostrada em fac-símile através da imprensa.